



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

Simulado Especial

TCE RS

**Auditor de Controle Externo -
Ciências Contábeis
Pós-Edital**

Simulado

Simulado TCE-RS (Auditor de Controle Externo - Ciências Contábeis)

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

- 1 - Este simulado conta com questões focadas no concurso **TCE-RS**, cargo de **Auditor de Controle Externo - Ciências Contábeis**;
- 2 - A prova contém itens que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 - As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora;
- 4 - Os participantes têm das **8:00h às 13:30h** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 5 - O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado logo após estas instruções;

PREENCHA SEU GABARITO

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para preencher seu gabarito.

<https://forms.gle/zShktRPTbPVkGcsm8>

01 - CE	21 - CE	41 - CE	61 - CE	81 - CE	101 - CE	121 - CE	141 - CE	161 - CE
02 - CE	22 - CE	42 - CE	62 - CE	82 - CE	102 - CE	122 - CE	142 - CE	162 - CE
03 - CE	23 - CE	43 - CE	63 - CE	83 - CE	103 - CE	123 - CE	143 - CE	163 - CE
04 - CE	24 - CE	44 - CE	64 - CE	84 - CE	104 - CE	124 - CE	144 - CE	164 - CE
05 - CE	25 - CE	45 - CE	65 - CE	85 - CE	105 - CE	125 - CE	145 - CE	165 - CE
06 - CE	26 - CE	46 - CE	66 - CE	86 - CE	106 - CE	126 - CE	146 - CE	166 - CE
07 - CE	27 - CE	47 - CE	67 - CE	87 - CE	107 - CE	127 - CE	147 - CE	167 - CE
08 - CE	28 - CE	48 - CE	68 - CE	88 - CE	108 - CE	128 - CE	148 - CE	168 - CE
09 - CE	29 - CE	49 - CE	69 - CE	89 - CE	109 - CE	129 - CE	149 - CE	169 - CE
10 - CE	30 - CE	50 - CE	70 - CE	90 - CE	110 - CE	130 - CE	150 - CE	170 - CE
11 - CE	31 - CE	51 - CE	71 - CE	91 - CE	111 - CE	131 - CE	151 - CE	171 - CE
12 - CE	32 - CE	52 - CE	72 - CE	92 - CE	112 - CE	132 - CE	152 - CE	172 - CE
13 - CE	33 - CE	53 - CE	73 - CE	93 - CE	113 - CE	133 - CE	153 - CE	173 - CE
14 - CE	34 - CE	54 - CE	74 - CE	94 - CE	114 - CE	134 - CE	154 - CE	174 - CE
15 - CE	35 - CE	55 - CE	75 - CE	95 - CE	115 - CE	135 - CE	155 - CE	175 - CE
16 - CE	36 - CE	56 - CE	76 - CE	96 - CE	116 - CE	136 - CE	156 - CE	176 - CE
17 - CE	37 - CE	57 - CE	77 - CE	97 - CE	117 - CE	137 - CE	157 - CE	177 - CE
18 - CE	38 - CE	58 - CE	78 - CE	98 - CE	118 - CE	138 - CE	158 - CE	178 - CE
19 - CE	39 - CE	59 - CE	79 - CE	99 - CE	119 - CE	139 - CE	159 - CE	179 - CE
20 - CE	40 - CE	60 - CE	80 - CE	100 - CE	120 - CE	140 - CE	160 - CE	180 - CE

SIMULADO NO SISTEMA DE QUESTÕES

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para fazer este simulado também no SQ!

<https://coruja.page.link/AsQz>

CONHECIMENTOS GERAIS (MANHÃ)**LÍNGUA PORTUGUESA***Adriana Figueiredo***[CAPÍTULO I]**

TORRES, 4, segunda-feira, 4 de junho de 1820. – Sempre areia e mar. Enquanto nos dias anteriores só avistávamos uma praia esbranquiçada que se confundia com o céu na linha do horizonte, hoje, ao menos, deparamos dois montes denominados Torres, porque realmente avançam mar adentro, como duas torres arredondadas. Para as bandas do oeste, recomeçamos a avistar a grande cordilheira que há muito tempo não víamos. Cerca de uma légua daqui, encontramos-nos à margem do rio Mampituba (pai do frio), que, atravessando a praia, se lança no mar, após separar a Província de Santa Catarina da Capitania do Rio Grande; passamo-lo do mesmo modo que o rio Araranguá. É também à guarda de Torres que se paga o pedágio. Continuando a viagem, chegamos aos montes que têm esse nome; um relvado muito rente ao chão, um pouco mais elevado que a praia, estende-se à beira-mar, acima do monte que fica mais ao norte. Como há projeto de se localizar em Torres a sede de uma paróquia, começaram a construir aí uma igreja, da qual até agora existe apenas o madeiramento. Depois de passarmos por essa igreja, chegamos a um forte, cuja construção está sendo ultimada neste momento e junto ao qual se acha o alojamento dos soldados do posto e o do alferes que os comanda. Estas construções estão situadas no lado ocidental do monte, local donde gozei um panorama que se me afigurou mais encantador do que efetivamente era, por causa da monotonia dos areais áridos, batidos pelas ondas.

Chegado à residência do alferes, mostrei-lhe meus documentos, sendo muito bem recebido e hospedado numa pequena casa, onde ficarei sozinho e donde se avista o lago. A construção do forte, a que me refiro acima, estava em andamento, embora não se acreditasse na invasão espanhola. Mas desde Laguna até aqui, a costa é tão baixa e de tal modo castigada pelas ondas, tão perigosas para as pequenas embarcações, que nem se podia imaginar que os inimigos delas ousassem desembarcar.

De qualquer modo, o forte está sendo levado adiante, voltado para o norte e podendo ser dotado de quatro peças de artilharia. Empregaram-se em sua construção cerca de trinta prisioneiros, tomados a Artigas¹. À exceção de apenas um, os demais são índios. Entretanto a maior parte revela traços de sangue espanhol. Uns vieram das Missões, outros de Entre-Rios e do Paraguai. Parece que só o gosto pela pilhagem os havia reunido como a tantos outros, sob a bandeira de seus chefes.

(SAINT-HILLAIRE, Auguste de. **Viagem ao Rio Grande do Sul**. Trad. de Adroaldo Mesquita da Costa. Brasília, DF: Senado Federal, Conselho Editorial, 2019, p. 31. *Adaptado.*)

¹ Artigas: José Gervasio Artigas, líder militar e político do início do século XIX, considerado herói nacional no Uruguai. Seus soldados envolveram-se em confrontos contra as tropas portuguesas e luso-brasileiras que invadiram a região da Banda Oriental (atual Uruguai).

1. Segundo as ideias do texto, os montes chamados Torres recebem esse nome devido à sua semelhança com torres que avançam sobre o mar.
2. Infere-se do texto que a construção do forte visava proteger a costa, mesmo que a possibilidade de invasão fosse considerada remota.
3. De acordo com o texto, o autor cruzou o rio Mampituba por uma ponte construída especificamente para o pagamento de pedágio.
4. Conclui-se do texto que todos os prisioneiros empregados na construção do forte eram índios provenientes das Missões.
5. O texto é predominantemente expositivo, pois tem como principal objetivo instruir o leitor sobre como realizar uma travessia segura pelo litoral sul do Brasil.
6. A vírgula é obrigatória em função da antecipação de uma oração adverbial de causa.

7. No terceiro período do primeiro parágrafo, o emprego do pronome “que”, em “*uma praia esbranquiçada que se confundia com o céu*”, é fator que justifica a próclise do pronome “se”.
8. No segmento “É também à guarda de Torres que se paga o pedágio” (sexto período do primeiro parágrafo), o acento indicativo de crase é obrigatório e justifica-se pela regência do termo “pedágio” e pela presença de artigo definido antes de “guarda de Torres”.
9. Em “*passamo-lo do mesmo modo*” (quinto período do primeiro parágrafo), a forma pronominal “lo” tem como referente o rio Mampituba.
10. Sem prejuízo da correção gramatical e da coerência das ideias do texto, a expressão “*pela pilhagem*” (último período do texto) poderia ser substituída por **pelo roubo**.
11. A supressão da vírgula após “oeste” (quarto período do primeiro parágrafo) prejudicaria a correção gramatical do texto, visto que, naquele período, o emprego da vírgula é obrigatório para separar o adjunto adverbial antecipado.
12. Em “*À exceção de apenas um*” (terceiro período do último parágrafo), o vocábulo “à” obrigatoriamente recebe o acento indicativo de crase porque se trata de uma locução prepositiva feminina.
13. No oitavo período do primeiro parágrafo, a substituição de “Como” por **Conforme** preservaria os sentidos e a coerência do texto.
14. No último período do segundo parágrafo, a forma “delas” é elemento de coesão referencial que remete ao vocábulo “ondas”.

15. No segundo período do último parágrafo, o vocábulo “se” exerce a função de pronome reflexivo.

TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Emannuelle Gouveia

16. No Windows 10, é possível configurar quais usuários têm permissão para se conectar remotamente ao sistema por meio da área “Sistema > Configurações Remotas”, onde também se habilita o serviço de Área de Trabalho Remota.
17. No Windows, o utilitário PowerShell permite a execução de comandos remotos em outros computadores da rede por meio da funcionalidade de sessões remotas (PowerShell Remoting), desde que o recurso esteja habilitado via WinRM.
18. No Microsoft Word (Office 365), ao inserir uma imagem em um documento, é possível ajustar sua posição em relação ao texto usando a opção “Quebra de Texto Automática”, incluindo configurações como “Alinhar com o texto”, “Quadrado” e “Através”.
19. No Microsoft Word, a função “Controlar Alterações” permite que o usuário visualize todas as edições realizadas em um documento, sendo possível aceitar ou rejeitar cada modificação individualmente.
20. No Excel (Office 365), é possível utilizar a funcionalidade “Preenchimento Relâmpago” para extrair automaticamente padrões de dados sem necessidade de fórmulas.

- 21.** Tanto no Microsoft Excel quanto no LibreOffice Calc, é possível usar funções para procurar um valor em uma tabela. No Calc, o nome da função é CONT.NUM.
- 22.** A extensão de arquivos de modelo do PowerPoint é .potm.
- 23.** A transferência de arquivos entre computadores remotos é possível apenas por meio de navegadores de internet e ferramentas de nuvem, como Google Drive ou OneDrive, sendo inviável em conexões ponto a ponto.
- 24.** A assinatura digital utiliza técnicas de criptografia assimétrica para garantir a integridade e a autenticidade de uma informação, sendo suficiente por si só para assegurar controle de acesso e autorização em sistemas computacionais.
- 25.** A assinatura eletrônica qualificada equivale à assinatura feita de próprio punho com reconhecimento de firma em cartório, pois comprova a identidade do usuário e a integridade do documento assinado por meio de tecnologia que utiliza chaves criptográficas praticamente invioláveis.

RACIOCÍNIO LÓGICO-ANALÍTICO

Eduardo Mocellin

Em um torneio de jardinagem, as participantes Alice, Bianca e Clara cultivaram mudas de duas espécies: rosas e tulipas. Ao final do torneio, havia 16 rosas e 32 tulipas disponíveis para exposição.

Julgue os itens a seguir, a respeito dessa situação.

- 26.** Considere que, ao organizador do torneio, além de afirmar que cultivou mais mudas que as outras duas, cada participante afirmou que as outras duas estavam mentindo. Nessa situação, é correto

afirmar que pelo menos duas delas estão mentindo.

- 27.** Considere que o torneio foi assistido por 9 amigos de Alice; 8 amigos de Bianca; e 8 amigos de Clara; dos quais 3 eram amigos apenas de Alice; 1 era amigo apenas de Bianca; 2 eram amigos apenas de Clara; 2 eram amigos apenas de Alice e Clara. Nessa situação, é correto afirmar que, entre os espectadores, a quantidade de amigos de Bianca e Clara era superior à metade da quantidade de amigos de Alice ou Bianca.

- 28.** Suponha que, ao final do torneio, cada participante tenha levado para sua casa a mesma quantidade de mudas — 16 no total — e que, das mudas levadas por Alice, 3 são rosas, então a quantidade de maneiras de distribuir as mudas entre Bianca e Clara, de modo que cada distribuição resultasse em uma quantidade diferente de tulipas para Clara, seria menor que 15.

- 29.** Na situação dada, se duas mudas fossem selecionadas aleatoriamente para ficar com o organizador do evento, a probabilidade de que pelo menos uma fosse uma rosa seria menor que $\frac{1}{2}$.

Com relação à lógica proposicional e às falácias, julgue os itens a seguir.

- 30.** Considerando-se que P, Q e R são proposições simples, a última coluna da tabela-verdade da proposição composta $(P \vee (\sim P)) \Rightarrow (Q \vee (\sim R))$ apresenta dois valores falsos.

- 31.** A proposição “Ou o órgão oferece boas condições de trabalho, ou executo mal minhas funções.” é equivalente a “Se o órgão não oferece boas condições de trabalho, então executo mal minhas funções”.

32. “Quem não tem cão, caça com gato. Não caço com gato. Logo, tenho cão” é uma falácia formal.

33. No texto a seguir, tem-se um exemplo de apelo popular.

“Em uma reunião com os seus professores da escola, um aluno pediu a eles que fossem mais flexíveis com as suas avaliações, alegando que, sem boas notas, ele perderia a chance de conquistar uma bolsa de estudos.”

A tabela a seguir mostra o número mensal de denúncias (N) registradas no TCE RS relativas a irregularidades em licitações e contratos nos meses de fevereiro a novembro do ano de 2024.

Mês	fev	mar	abr	mai	jun
N	100	70	70	60	50
Mês	jul	ago	set	out	nov
N	100	50	50	30	20

Considerando esses dados, julgue os itens que se seguem.

34. A mediana dos números mensais de denúncias registradas é um valor entre 48 e 62.

35. O maior desvio absoluto dos números mensais de denúncias registradas é superior a 45.

CONTROLE EXTERNO

Herbert Almeida

Considerando as disposições jurisprudenciais e doutrinárias sobre o controle da administração, julgue os itens a seguir.

36. O controle externo é prerrogativa exclusiva do Poder Judiciário, tendo como objetivo o exame da regularidade, da eficiência e do mérito das atividades da administração pública.

37. O Tribunal de Contas pode determinar que o controle interno realize auditorias, uma vez que é papel do sistema de controle interno apoiar o controle externo, mas tal competência deve estar prevista em lei.

38. O Tribunal de Contas do Estado é competente para julgar as contas de gestão dos prefeitos municipais, podendo ainda aplicar as sanções previstas em lei, desde que fora da esfera eleitoral.

39. A decisão do Tribunal de Contas de que resulte imputação de débito tem eficácia de título executivo extrajudicial, cuja execução submete-se a prazo prescricional.

40. Deixar dolosamente de prestar contas quando esteja obrigado a fazê-lo configura ato de improbidade que atenta contra os princípios, mas desde que o responsável disponha de condições para prestar as contas e omita-se com vistas a ocultar irregularidades.

Considerando as disposições do Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul, julgue os itens a seguir.

41. Se, por ocasião de julgamento de qualquer feito pelas câmaras ou câmaras especiais, for verificado o conflito de lei ou ato normativo do Poder Público com as Constituições da República ou do Estado, deverá ser declinada a competência ao Plenário do Tribunal para pronunciamento sobre essa matéria, formando-se o incidente de negativa de aplicabilidade de norma.

42. Os embargos de declaração serão opostos no prazo de dez dias, interrompendo o prazo para a interposição de outro recurso, cabendo quando a decisão contiver obscuridade, contradição ou omissão que devam ser sanadas.

43. Os atos do Tribunal de Contas terão a forma de decisão, devidamente ementada e numerada, quando se tratar de decisão proferida de forma colegiada, exceto de natureza administrativa.

ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

Leandro Ravynelle

Para atendimento da Lei nº 4.320/1964, é necessário o reconhecimento do passivo financeiro quando verificada a ocorrência do fato gerador da obrigação patrimonial, mesmo não se tratando de obrigação presente por falta do implemento de condição, o qual somente se verificará com a devida liquidação.

Como exemplo, considere-se os seguintes fatos a serem registrados na contabilidade de determinado ente público:

- *Recebimento de receitas tributárias no valor de R\$ 1.000,00;*
- *Empenho da despesa no valor de R\$ 900,00;*
- *Liquidação de despesa corrente no valor de R\$ 700,00;*
- *Inscrição de Restos a Pagar, sendo R\$ 700,00 de Restos a Pagar Processado e R\$ 200,00 de Restos a Pagar Não Processados*

Acerca dessa situação, julgue os itens subsecutivos.

44. O empenho da despesa é ato que potencialmente afetará o patrimônio.

45. O registro da despesa orçamentária ao longo do exercício deve ser realizado nas contas de natureza de informação patrimonial no momento do empenho.

Acerca das regras orçamentárias brasileiras e o ordenamento jurídico vigente, julgue os itens a seguir.

46. A elaboração de demonstrativo que apresenta e compara a execução do orçamento com o orçamento previsto é o mecanismo normalmente utilizado para demonstrar a conformidade com os requisitos legais relativos às finanças públicas.

47. Os Conselhos Profissionais e as demais entidades não compreendidas no conceito de entidades do setor público, incluídas as empresas estatais independentes, não podem estar obrigadas a aplicar as normas estabelecidas no Manual de Contabilidade Aplicada ao setor público.

48. O princípio da publicidade é justificado especialmente pelo fato de o orçamento ser fixado em lei, sendo esta a que autoriza aos Poderes a execução de suas despesas.

Acerca das regras sobre receitas e despesas no Estado brasileiro, julgue os itens subsecutivos.

49. Receita Orçamentária Não Efetiva é aquela em que os ingressos de disponibilidade de recursos não foram precedidos de registro de reconhecimento do direito e não constituem obrigações correspondentes, portanto, alteram a situação líquida patrimonial do ente.

50. De forma diversa das receitas correntes, as receitas de capital em geral não provocam efeito sobre o patrimônio líquido.

51. O desdobramento facultativo da receita pública é o nível de classificação vinculado à Origem que permite qualificar com maior detalhe o fato gerador das receitas.

Acerca das regras fiscais e da Lei complementar nº 101/2000, julgue os próximos itens.

- 52.** A lei de diretrizes orçamentárias não poderá dispor sobre a exclusão de quaisquer despesas primárias da apuração da meta de resultado primário do orçamento de investimentos da LOA.
- 53.** Na verificação do atendimento dos limites de despesas com pessoal, é permitida a dedução da parcela custeada com recursos aportados para a cobertura do déficit financeiro dos regimes de previdência.
- 54.** É dispensada da compensação por aumento de receita ou redução de despesa a concessão de benefício da seguridade social a quem satisfaça as condições de habilitação previstas na legislação pertinente.
- 55.** É vedada a realização de operação de crédito entre um ente da Federação, diretamente ou por intermédio de fundo, autarquia, fundação ou empresa estatal dependente, e outro, salvo quando a operação seja intermediada entre uma estatal e outro ente da federação, podendo recair sobre despesa corrente para operações destinadas a financiar a estruturação de projetos.

DIREITO CONSTITUCIONAL

Nelma Fontana

- 56.** Os tratados internacionais sobre direitos humanos são incorporados automaticamente ao ordenamento jurídico brasileiro com força de emenda à Constituição.
- 57.** O Estado X editou lei que obriga as empresas concessionárias de energia elétrica a expedirem notificação com aviso de recebimento para a realização de vistoria técnica no medidor de usuário residencial. Sobre o caso narrado, é correto

afirmar que a lei é inconstitucional por violação à competência da União para explorar os serviços e instalações de energia elétrica e para legislar sobre energia.

- 58.** Compete ao Supremo Tribunal Federal processar e julgar, originariamente, o crime político.
- 59.** Compete privativamente à Câmara dos Deputados processar e julgar o Presidente e o Vice-Presidente da República nos crimes de responsabilidade, bem como os Ministros de Estado e os Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica nos crimes da mesma natureza conexos com aqueles.
- 60.** O Estado XX pretende, mediante lei estadual, após consulta prévia à população diretamente interessada, tendo sido apresentado estudo de viabilidade, criar município a partir de desmembramento. Acerca do caso narrado, segundo posicionamento do Supremo Tribunal Federal e nos termos expressos na Constituição Federal, é correto afirmar que a competência para a formação de novos municípios, por fusão ou por desmembramento, é da União, por meio de lei complementar.
- 61.** No processo legislativo das emendas à Constituição, a única participação do Presidente da República é na iniciativa, porque não é dada ao Chefe do Executivo a competência para sancionar, promulgar e publicar emenda, diferentemente do que se dá no processo de criação das leis.
- 62.** A Constituição estadual não pode criar outras hipóteses de reserva de lei complementar, além daquelas que já são previstas na Constituição Federal.

63. Filho de estrangeiros, nascido na República Federativa do Brasil, quando os pais estavam em férias no país, poderá ser extraditado do Brasil em dois casos: 1) crime de tráfico ilícito de substância entorpecente e drogas afins ou 2) crime comum praticado antes de sua naturalização.

DIREITO ADMINISTRATIVO, LEI DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA (LEI Nº 8.429/1992 E SUAS ALTERAÇÕES E LEI Nº 14.133/2021)

Fabiano Pereira

64. Julgue o seguinte item, considerando os atos administrativos.

A forma, como elemento do ato administrativo, é sempre vinculada e corresponde à maneira pela qual a vontade administrativa se exterioriza.

65. Julgue o seguinte item, considerando os atos administrativos.

João, servidor do município de Bela Vista, recebeu uma multa administrativa aplicada por um fiscal da prefeitura devido a uma suposta infração. Inconformado, João procurou seu superior imediato para contestar o ato, mas este afirmou que a multa não poderia ser questionada, pois os atos administrativos possuem presunção absoluta de legitimidade, o que impediria qualquer tentativa de revisão ou anulação do ato.

66. Julgue o seguinte item, considerando os poderes administrativos.

Maria, diretora de um hospital público, transferiu um servidor para um setor inadequado apenas para puni-lo, mesmo tendo competência formal para designações. Nesse caso, houve abuso de poder na modalidade excesso de poder.

67. Julgue o seguinte item, considerando os poderes administrativos.

O poder disciplinar é aquele que permite à Administração aplicar sanções a seus servidores ou àqueles que possuem vínculo jurídico com ela.

68. Julgue o seguinte item, considerando os princípios da administração pública.

Pedro, prefeito da cidade de Sol Nascente, utilizou recursos da prefeitura para imprimir calendários com sua foto e mensagens de autoelogio, distribuindo-os à população, prática que está em conformidade com o princípio da moralidade administrativa.

69. Julgue o seguinte item, considerando a responsabilidade civil do Estado.

Durante uma operação policial em Vila Aurora, uma viatura colidiu com o carro de Lucas, que estava corretamente estacionado. Para que Lucas seja indenizado, ele deverá provar a culpa do agente público envolvido no acidente.

70. Julgue o seguinte item, considerando a responsabilidade civil do Estado.

Em caso de culpa exclusiva da vítima, o Estado permanece responsável pelo dano, aplicando-se a teoria do risco integral.

71. Julgue o seguinte item, considerando os serviços públicos.

O princípio da modicidade das tarifas assegura que os serviços públicos concedidos ou permitidos sejam oferecidos a preços razoáveis, compatíveis com a capacidade econômica dos usuários.

72. Julgue o seguinte item, considerando a organização da administração pública.

A prefeitura de Rio Verde, visando melhorar a mobilidade urbana e organizar o trânsito da cidade, editou uma lei municipal criando a Secretaria de Transportes, responsável por planejar, executar e fiscalizar as políticas públicas relacionadas ao tráfego local. Diante dessa medida, foi divulgado que a criação dessa nova secretaria configura um caso de descentralização administrativa, uma vez que haveria uma nova estrutura com autonomia para gerir tais atividades.

73. Julgue o seguinte item, considerando a organização da administração pública.

A empresa pública integra a Administração Indireta e pode assumir forma jurídica de direito privado.

74. Julgue o seguinte item, considerando o controle da administração pública.

Um empresário de Campo Dourado impetrou ação judicial contra a prefeitura para que o Judiciário avalie se a decisão de pavimentar apenas parte das ruas da cidade é conveniente e oportuna, o que está dentro da competência do controle judicial.

75. Julgue o seguinte item, considerando o controle da administração pública.

O controle legislativo inclui a apreciação das contas do Presidente da República e a fiscalização contábil, financeira e orçamentária.

76. Acerca do que dispõe a Lei n.º 14.133/2021, julgue o próximo item.

É inexigível a licitação para a contratação de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual, como consultorias técnicas e auditorias financeiras, desde que realizadas por profissionais ou empresas de notória especialização, sendo vedada a

inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação.

77. Acerca do que dispõe a Lei n.º 8.429/1992 (Lei de Improbidade Administrativa), julgue o próximo item.

João, servidor público de um órgão estadual, aceitou trabalhar como consultor para uma empresa privada que possui contratos em andamento com a repartição onde ele exerce suas funções. Nessa situação, a conduta de João caracteriza ato de improbidade administrativa que importa em enriquecimento ilícito.

LEGISLAÇÃO APLICÁVEL AOS SERVIDORES PÚBLICOS

Tiago Zanolla

78. De acordo com o regime jurídico dos servidores públicos civis do Estado do Rio Grande do Sul, as reposições e indenizações ao erário somente poderão ser efetuadas mediante desconto em folha de pagamento, em parcelas mensais fixas, cujo valor deverá respeitar o limite mínimo de 10% e o máximo de 30% da remuneração, subsídio ou proventos do servidor.

79. O processo administrativo estadual, de acordo com a LC nº 15.612/2021, deve, como regra, tramitar por meio eletrônico, sendo a adoção do meio físico uma exceção que exige motivação justificada.

80. Nos termos da LC nº 15.612/2021, quando um ato administrativo for declarado nulo, os atos subsequentes que dele dependam também serão considerados inválidos, salvo se forem autônomos e independentes.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS (TARDE)**CONTABILIDADE GERAL***Marcondes Fortaleza*

Julgue os itens que se seguem, relativos à contabilidade, seus objetivos, finalidades e patrimônio.

81. Em função dos usuários possuírem interesses e competências distintos, as demonstrações contábeis precisam ser preparadas para atendimento às necessidades comuns da maioria deles.

82. É possível, em situações bem específicas, que o valor do patrimônio líquido seja superior ao do ativo no balanço patrimonial.

Julgue os itens subsequentes, relacionados à escrituração contábil e à função e ao funcionamento de contas patrimoniais e de resultado.

83. Uma conta retificadora do ativo diminui através de débitos.

84. Em decorrência do ajuste a valor presente, a conta juros a apropriar pode aparecer no ativo, retificando uma obrigação, ou no passivo, retificando um direito.

Julgue os itens seguintes, a respeito de lançamentos contábeis, fórmulas e classificação.

85. A integralização de capital, parte em móveis e parte em dinheiro, é um fato contábil composto aumentativo registrado por meio de um lançamento de terceira fórmula.

Sobre balanço patrimonial e critérios de classificação, julgue os itens seguintes.

86. Diferentemente da legislação societária, que obriga a evidenciação das contas a receber com partes relacionadas no ativo realizável a longo prazo quando a transação não fizer parte das operações normais da entidade, no CPC, esses ativos serão classificados no circulante quando o vencimento se der nos próximos 12 meses, ou no não circulante, quando o prazo exceder 12 meses.

87. Na companhia em que o ciclo operacional da empresa tiver duração inferior a doze meses, a classificação no circulante ou longo prazo terá por base o prazo desse ciclo.

88. Se a entidade tiver a expectativa, e tiver poder discricionário, para refinarciar ou substituir (roll over) uma obrigação por pelo menos doze meses após a data do balanço segundo dispositivo contratual do empréstimo existente, deve classificar a obrigação como circulante, mesmo que de outra forma fosse devida dentro de período mais curto.

89. Os saldos de contas mantidas em bancos que estejam em liquidação ou sob intervenção devem ser classificados sempre no Ativo Realizável a Longo Prazo.

Sobre operações contábeis diversas, julgue os itens seguintes.

90. Na conta 'Compras em Trânsito', não devem ser incluídas as compras cujo transporte seja de responsabilidade do vendedor (FOB-destino), nem as mercadorias recebidas de terceiros (quando a empresa é consignatária ou depositária), nem os materiais comprados, mas sujeitos à aprovação.

91. Situação hipotética: A empresa Comércio Industrial Ltda. comprou 10 latas de tinta pelo valor unitário de R\$ 100,00, tributadas com IPI de 5% e ICMS de 12%. Pagou entrada de 20% e aceitou duas duplicatas mensais de igual valor. **Assertiva:** Após efetuar o competente lançamento contábil, é correto afirmar que, com essa operação, os estoques da empresa sofreram aumento no valor de R\$ 880,00.

92. No momento da contratação de uma operação de desconto de duplicatas, a conta duplicatas a receber será creditada pelo valor nominal das duplicatas constantes do borderô encaminhado à instituição financeira.

93. A entidade deve reconhecer receitas quando (ou à medida que) satisfizer a obrigação de performance ao transferir o bem ou o serviço (ou seja, um ativo) prometido ao cliente. O ativo é considerado transferido quando (ou à medida que) o cliente obtiver a propriedade desse ativo.

Julgue os itens seguintes sobre as eventuais diferenças apresentadas na DRE quando comparadas as disposições da Lei nº 6.404/76 e do CPC 26.

94. Na legislação societária, são apresentadas as deduções de vendas e a receita líquida na Demonstração do Resultado do Exercício, enquanto que, no CPC, esses itens não são obrigatoriamente apresentados separadamente.

95. As despesas financeiras devem ser separadas das receitas financeiras de acordo com a legislação societária, enquanto que, pelo CPC, devem ser apresentadas de forma líquida.

Ainda sobre a Demonstração do Resultado do Exercício, julgue os itens seguintes.

96. A entidade deve apresentar análise das despesas

utilizando uma classificação baseada na sua natureza, se permitida legalmente, ou na sua função dentro da entidade, devendo eleger o critério que proporcionar informação confiável e mais relevante, obedecidas as determinações legais.

97. A entidade não deve apresentar rubricas ou itens de receitas ou despesas como itens extraordinários, quer na demonstração do resultado abrangente, quer na demonstração do resultado do período, quer nas notas explicativas.

98. A classificação dos encargos com depreciação na DRE se dará em função da localização física dos bens na empresa.

Sobre o CPC 27, que trata do Ativo Imobilizado, julgue os itens seguintes:

99. Sobressalentes, peças de reposição, ferramentas e equipamentos de uso interno são classificados como ativo imobilizado quando a entidade espera usá-los por mais de um período. No entanto, se puderem ser utilizados somente em conexão com itens do ativo imobilizado, não serão contabilizados como ativo imobilizado.

100. É possível um terreno ter vida útil limitada e, assim, ser depreciado.

101. O custo de um item de ativo imobilizado é equivalente ao preço à vista na data do reconhecimento. Se o prazo de pagamento excede os prazos normais de crédito, a diferença entre o preço equivalente à vista e o total dos pagamentos deve ser reconhecida como receita com juros durante o período.

À luz dos Pronunciamentos CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos e CPC 04 - Ativo Intangível, julgue os itens seguintes:

102. O ágio derivado da expectativa de rentabilidade futura (goodwill) gerado internamente deve ser reconhecido como ativo apenas se ficar comprovado que gerará benefícios econômicos para a entidade.

103. O reconhecimento dos custos no valor contábil de ativo intangível cessa quando esse ativo está nas condições operacionais pretendidas pela administração. Portanto, os custos incorridos no uso ou na transferência ou reinstalação de ativo intangível devem ser incluídos no seu valor contábil.

104. O goodwill deve ser amortizado e testado anualmente pelo valor recuperável.

Analise a questão a seguir acerca das análises horizontal e vertical:

105. A análise vertical é importante para avaliar a estrutura de composição de itens e sua evolução no tempo.

Em relação aos índices de liquidez e endividamento, analise as questões a seguir.

106. A liquidez seca demonstra a porcentagem das dívidas a curto prazo em condições de serem salgadas mediante a utilização de itens monetários de maior liquidez do ativo circulante.

107. Em relação à composição do endividamento, uma empresa com menores níveis de endividamento no curto prazo, frequentemente, oferece maior risco.

Em relação aos índices de rentabilidade e lucratividade, julgue os itens a seguir.

108. O giro do ativo indica o número de vezes que o ativo total da empresa girou (transformou-se em dinheiro) em determinado período em função do lucro operacional obtido.

109. A margem líquida mede a eficiência global da empresa. Por exemplo, se o índice for igual a 15%, indica que 85% das receitas de vendas foram utilizadas para cobrir todos os custos e despesas incorridos, gerando 15% das vendas realizadas sob a forma de lucro líquido.

110. A Imobilização de Recursos Não Correntes é o índice que mostra o percentual de recursos de longo prazo aplicados nos grupos de ativos de menor liquidez.

CONTABILIDADE PÚBLICA

Gilmar Possati

Acerca dos regimes contábeis aplicáveis à Contabilidade Pública, julgue a assertiva a seguir:

111. No Município Audazes dos Pampas, a receita proveniente do IPTU, cujo fato gerador ocorre em 1º de janeiro de cada ano, mas cuja arrecadação efetiva se dá no mês de março, deve ter seu impacto patrimonial reconhecido no balanço financeiro apenas no momento do ingresso do recurso, em março, em alinhamento com o regime de caixa predominante na contabilidade orçamentária.

Acerca das disposições presentes nas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBC TSP), julgue a assertiva a seguir:

112. Um novo software de gestão financeira, desenvolvido internamente pelo setor de tecnologia do Município Audazes dos Pampas e que se espera gerar benefícios econômicos e de serviços públicos futuros, não poderá ser reconhecido como ativo intangível se o custo de sua formação não puder ser mensurado com confiabilidade, conforme as diretrizes do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) e das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBC TSP).

113. Quando uma entidade do setor público enfrenta uma possível ação judicial que pode resultar em uma saída de recursos, mas a probabilidade de ocorrência do evento é apenas possível, e não provável, mesmo que o valor possa ser estimado de forma confiável, ainda assim deverá reconhecer uma provisão em suas demonstrações contábeis, pois a estimativa do valor é um critério suficiente para o reconhecimento do passivo.

114. No âmbito da contabilidade pública, as características qualitativas da informação contábil, conforme a NBC TSP Estrutura Conceitual, priorizam a comparabilidade e a verificabilidade, pois o principal objetivo é assegurar que os relatórios sejam consistentes ao longo do tempo e passíveis de auditoria.

115. No setor público, um ativo intangível deve ser reconhecido inicialmente pelo seu valor justo, principalmente quando adquirido por meio de transações sem contraprestação, dada a dificuldade de se aferir um custo de aquisição direto em tais situações.

116. De acordo com a NBC TSP 07 – Ativo Imobilizado, se um componente de um ativo imobilizado possuir

um custo significativo em relação ao custo total desse mesmo ativo, esse componente não deve ser depreciado separadamente, a fim de simplificar o controle contábil e a gestão patrimonial.

117. O Município Audazes dos Pampas, em conformidade com a NBC TSP 04 - Estoques e o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), ao registrar os bens de almoxarifado adquiridos por meio de transação com contraprestação, deve mensurá-los pelo preço médio ponderado das compras. No entanto, para os estoques de alimentos recebidos por doação, com a finalidade de distribuição gratuita à população carente, a mensuração inicial apropriada é pelo valor justo na data da aquisição, não se aplicando o critério do custo histórico ou do valor realizável líquido, dos dois o menor.

118. Uma edificação de propriedade do Município Audazes dos Pampas, destinada primordialmente ao uso administrativo dos seus servidores, mas que possui algumas salas alugadas a terceiros para a prestação de serviços de apoio aos próprios funcionários, como uma lanchonete, deve ser classificada como propriedade para investimento nas demonstrações contábeis, em conformidade com a NBC TSP 06, uma vez que gera receitas de aluguel.

119. O principal objetivo da manutenção de ativos por uma entidade do setor público é o potencial de serviços que esses ativos são capazes de proporcionar à sociedade, e não primordialmente a capacidade de gerar entradas líquidas de caixa.

120. Conforme o MCASP, um ativo intangível gerado internamente, como o ágio derivado da expectativa de rentabilidade futura (goodwill), deve ser reconhecido como ativo se puder ser mensurado com segurança, refletindo seu potencial de serviços futuros.

121. Uma entidade do setor público deve reconhecer uma provisão para um passivo contingente quando a saída de recursos for provável e o valor puder ser estimado confiavelmente, mesmo que a obrigação não seja legalmente formalizada, desde que haja uma expectativa válida em terceiros.

Sobre o Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP) e a escrituração de fatos típicos do setor público, julgue as assertivas a seguir:

122. A arquitetura do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP) impõe uma estrita regra de integridade segundo a qual os lançamentos contábeis devem, obrigatoriamente, ser realizados debitando e creditando contas que pertençam à mesma natureza da informação (patrimonial, orçamentária ou de controle), vedando, por exemplo, o registro direto de uma despesa com pessoal (natureza patrimonial) com um crédito disponível orçamentário (natureza orçamentária).

123. O 5º nível de detalhamento das contas de natureza patrimonial no PCASP foi implementado como um mecanismo essencial para a segregação de saldos recíprocos entre entidades do mesmo Orçamento Fiscal e da Seguridade Social (OFSS) ou de OFSSs distintos, facilitando, assim, a eliminação dessas transações no processo de consolidação das contas públicas.

124. O recebimento de um bem imóvel por doação gera um registro de débito na conta de ativo (Classe 1) e um crédito na conta de variação patrimonial aumentativa (Classe 4), evidenciando o impacto patrimonial da transação, conforme as regras de integridade do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP).

125. No setor público, quando o valor contábil de um ativo aumentar em virtude de sua reavaliação, esse aumento deverá ser creditado diretamente a uma

conta de resultado do exercício, impactando positivamente o superávit patrimonial do período.

Acerca das Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público, julgue as assertivas a seguir:

126. O Balanço Patrimonial, uma das demonstrações contábeis aplicadas ao setor público, é composto por quatro quadros, conforme o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), e sua elaboração baseia-se primordialmente no regime de caixa, refletindo o equilíbrio financeiro da entidade ao final do exercício.

127. No Balanço Financeiro de uma entidade pública os Restos a Pagar inscritos no exercício devem ser computados nos recebimentos extraorçamentários. Essa prática é adotada com o objetivo de compensar o seu cômputo nas despesas orçamentárias, garantindo assim a apresentação do equilíbrio financeiro da execução orçamentária.

128. Com o objetivo de aprimorar a representação da informação, o Município de Audazes dos Pampas, em conformidade com a NBC TSP 11 - Apresentação das Demonstrações Contábeis, pode alterar a apresentação e a classificação de itens em suas demonstrações contábeis de um período para outro, caso uma nova estrutura seja considerada mais apropriada, sendo, no entanto, dispensável a reclassificação da informação comparativa de períodos anteriores se tal reclassificação for materialmente irrelevante.

129. O Balanço Orçamentário contempla em sua estrutura uma linha específica para evidenciar saldos de exercícios anteriores, como o superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício precedente, o qual pode fundamentar a abertura de créditos suplementares e especiais no exercício corrente.

130. A apresentação de ativos e passivos no quadro principal do Balanço Patrimonial das entidades do setor público deve ser realizada estritamente segundo os critérios de liquidez e exigibilidade, independentemente do perfil ou da natureza específica da entidade que reporta as informações.

131. No Balanço Patrimonial do setor público, a classificação de um ativo como “financeiro” ou “permanente”, conforme a Lei nº 4.320/1964, é conceitualmente semelhante à classificação de “ativo financeiro” ou “ativo não financeiro” sob a ótica das normas de instrumentos financeiros, pois ambas se referem à capacidade de gerar fluxos de caixa.

O Município Audazes dos Pampas, reconhecido por sua gestão visionária, adquiriu em 1º de janeiro de 20X1, para o Hospital Municipal, um equipamento de ressonância magnética de última geração, no valor de R\$ 1.200.000,00. A vida útil estimada do equipamento é de 10 anos, com valor residual esperado de R\$ 200.000,00 ao final desse período. Considerando que o Município utiliza o método de depreciação de cotas constantes e a apuração é feita anualmente, julgue o item a seguir, acerca dos procedimentos contábeis patrimoniais no setor público.

132. Em 31 de dezembro de 20X3, o valor contábil líquido desse equipamento, antes de qualquer teste de recuperabilidade, e a depreciação acumulada correspondente totalizaram, respectivamente, R\$ 900.000,00 e R\$ 300.000,00.

133. Considerando a situação hipotética anterior, em 31 de dezembro de 20X3, o Município Audazes dos Pampas identificou indícios de que o valor recuperável do equipamento de ressonância magnética poderia estar comprometido, devido ao surgimento de uma tecnologia superior e à redução da demanda por exames no Hospital Municipal. Uma avaliação técnica estimou que o valor justo líquido de despesas de venda do equipamento é de

R\$ 650.000,00 e o valor em uso do potencial de serviço remanescente é de R\$ 600.000,00. Diante disso, julgue o item que se segue, à luz dos procedimentos de redução ao valor recuperável no setor público.

Nessa data (31/12/20X3), o Município Audazes dos Pampas deverá reconhecer uma perda por redução ao valor recuperável no montante de R\$ 250.000,00, ajustando o valor contábil líquido do equipamento para R\$ 650.000,00.

Considerando, ainda, a situação hipotética do Município Audazes dos Pampas e as operações envolvendo o equipamento de ressonância magnética, julgue o item a seguir acerca dos reflexos dessas operações nas demonstrações contábeis aplicadas ao setor público.

134. A aquisição, a depreciação anual e o reconhecimento da perda por redução ao valor recuperável do equipamento de ressonância magnética impactarão diretamente as “Atividades de Investimento” na Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) e serão integralmente registrados como “Variações Patrimoniais Diminutivas (VPD)” na Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP), refletindo uma redução do “Imobilizado” no Balanço Patrimonial (BP).

O Município Audazes dos Pampas, ao final do exercício financeiro de 20X1 e início de 20X2, registrou diversas operações relevantes para a Contabilidade Pública:

- I. Serviço de Limpeza Urbana:** Um contrato de prestação de serviços de limpeza urbana, com valor mensal de R\$ 50.000,00, teve sua fatura de dezembro de 20X1 (R\$ 50.000,00) devidamente atestada e aprovada (liquidada) pelo departamento fiscal em 28/12/20X1. O pagamento, no entanto, foi agendado para 05/01/20X2. O empenho correspondente ao valor total anual do contrato (R\$ 600.000,00) foi emitido em janeiro de 20X1.
- II. Aquisição de Materiais de Construção:** Um contrato para aquisição de materiais de construção, no valor de R\$ 80.000,00, foi assinado em novembro de 20X1. Até 31/12/20X1, R\$ 30.000,00 em materiais foram entregues e devidamente liquidados. Os restantes R\$ 50.000,00 em materiais, embora empenhados, não haviam sido entregues nem liquidados até o encerramento do exercício. O empenho de R\$ 80.000,00 foi emitido integralmente em novembro de 20X1.
- III. Suprimento de Fundos:** Em 20/12/20X1, um servidor público recebeu um adiantamento (suprimento de fundos) de R\$ 2.000,00 para despesas urgentes e de pequeno vulto relacionadas a reparos em uma biblioteca pública remota. Os serviços de reparo foram concluídos em 27/12/20X1, mas a prestação de contas do servidor foi protocolada somente em 10/01/20X2.
- IV. Despesa de Viagem de Exercício Anterior:** Uma diária de R\$ 1.000,00, autorizada para um servidor em novembro de 20X0, não foi empenhada nem paga naquele exercício devido a um erro administrativo. O servidor solicitou o reembolso em fevereiro de 20X2, e o Município, reconhecendo a validade da obrigação passada, processou o pagamento.

Acerca dessas operações, com base no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, julgue as assertivas a seguir:

- 135.** Considerando as operações do Município Audazes dos Pampas em 20X1, o valor total dos Restos a Pagar inscritos em 31/12/20X1 foi de R\$ 130.000,00, sendo R\$ 80.000,00 classificados como Restos a Pagar Processados e R\$ 50.000,00 como Restos a Pagar Não Processados.
- 136.** A operação de suprimento de fundos, no momento do recebimento do adiantamento pelo servidor em 20/12/20X1, ensejou o registro de uma Variação Patrimonial Diminutiva (VPD) no patrimônio do Município Audazes dos Pampas, evidenciando imediatamente a despesa patrimonial.
- 137.** O reembolso da despesa de viagem ocorrida em 20X0, solicitada em 20X2, será classificado como Despesa de Exercícios Anteriores (DEA) e seu registro patrimonial ocorrerá como um ajuste de exercícios anteriores, afetando diretamente o patrimônio líquido no Balanço Patrimonial do Município de Audazes dos Pampas em 20X2.

Sobre os Custos no Setor Público, julgue a assertiva a seguir:

- 138.** De acordo com a terminologia de custos da NBC TSP 34 – Custos no Setor Público, o conceito de custo variável corresponde ao dispêndio que se mantém constante em intervalo relevante das atividades desenvolvidas, não oscilando de forma proporcional ao volume da produção de bens ou serviços.

139. Em consonância com as normas de contabilidade aplicadas ao setor público, o que determina o custo do período é o momento da liquidação da despesa orçamentária, por ser o ponto em que se verifica a entrega do bem ou a prestação do serviço e, conseqüentemente, a obrigação de pagamento.

140. Perdas decorrentes de eventos anormais e imprevisíveis, como catástrofes, não devem ser classificadas como custos operacionais no setor público, dado que não contribuem para a geração de bens e serviços, sendo tratadas como variações patrimoniais diminutivas que não se configuram como custos.

ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES

Silvio Sande

A respeito das análises verticais e horizontais, julgue os itens a seguir.

141. A análise vertical do balanço patrimonial tem como valor base o Ativo Total, enquanto a Demonstração do Resultado do Exercício tem como valor base a Receita Operacional Bruta.

142. Através da análise vertical, é possível detectar o aumento ou a diminuição da participação de uma conta no grupo do qual faz parte.

143. Considere o balanço abaixo:

Ativo Circulante	R\$	Passivo Circulante	R\$
Bancos	500	Fornecedores	1.200
Duplicatas a Receber	1.000	Salários a pagar	300
Estoque	900	Empréstimos	500
Despesas Antecipadas	600		
Ativo Não Circulante		Passivo não Circulante	
Realizável a Longo Prazo	1.500	Financiamentos - longo Prazo	1.000
Investimentos	2.000	Patrimônio Líquido	
Imobilizado	2.200	Capital Social	6.000
Intangível	1.300	Reservas de lucro	1.000
Total Ativo	10.000	Total Passivo e PL	10.000

O Índice de Liquidez Seca é igual a 0,75.

144. Na análise dos estoques de uma empresa, o Contador SS recebeu apenas as seguintes informações:

- a empresa possui R\$ 500 de passivo não circulante;
- a empresa possui R\$ 500 de ativo não circulante (realizável a longo prazo);
- a empresa não possui despesas pagas antecipadamente.

Os índices de liquidez são os mostrados na tabela seguinte.

Índice	valor calculado
Geral	2,0
Corrente	4,0
Seca	2,8
Imediata	0,5

Nesse caso, o valor dos estoques da empresa é igual a R\$ 250.

145. A empresa CorujAzul Ltda. apresentou, em 31/12/2019, Ativo Total de R\$ 500.000,00 e Patrimônio Líquido de R\$ 300.000,00. A empresa obteve um Índice de Liquidez Corrente de 1,6, e o grau de concentração do passivo no curto prazo era de 40%. Com base unicamente nessas informações, podemos afirmar que o valor do Ativo Não Circulante, em 31/12/2019, era maior que R\$ 360.000,00.

146. Uma determinada empresa apresenta o seguinte balanço patrimonial.

			Valores em Reais (R\$)
ATIVO		PASSIVO	
Circulante		Circulante	
Caixa	500.000	Fornecedores	1.600.000
Estoques	200.000		
Clientes	1.300.000	Não Circulante	
Não Circulante		Empréstimos	1.400.000
Realizável a Longo Prazo	400.000		
Investimentos	500.000	Patrimônio Líquido	
Imobilizado	1.000.000	Capital Social	1.500.000
Intangível	600.000		

Com base nesse caso hipotético, julgue o item.

O índice de imobilização do patrimônio líquido é igual a 1,67.

Nos itens a seguir, serão apresentadas situações hipotéticas seguidas de assertivas a serem julgadas, relacionadas aos conceitos básicos de análise de balanços e de demonstrações contábeis.

147. Situação Hipotética: Ao analisar as demonstrações financeiras da empresa Chapecó S/A, o analista financeiro verificou que o grau de imobilização de capitais permanentes apresenta valor inferior a 1,0.

Assertiva: Com base na situação apresentada, concluímos que a empresa possui um aperto financeiro, pois uma parcela dos recursos aplicados em investimentos fixos é financiada por dívidas de curto prazo.

148. Situação Hipotética: No ano de 2025, a empresa Palhoça obteve receitas de vendas líquidas no valor de R\$ 400.000 e, nesse mesmo ano, o giro do ativo da empresa foi de 0,5. Além disso, a rentabilidade do seu ativo ficou em 20%.

Assertiva: Considerando a situação hipotética, pode-se afirmar que o ativo médio dessa empresa, no período analisado, foi inferior a R\$ 900.000,00.

149. Situação Hipotética: No ano de 2025, a empresa Palhoça obteve receitas de vendas líquidas no valor de R\$ 400.000 e, nesse mesmo ano, o giro do ativo da empresa foi de 0,5. Além disso, a rentabilidade do seu ativo ficou em 20%.

Assertiva: Considerando a situação hipotética, pode-se afirmar que o lucro líquido dessa empresa no mesmo período alcançou o valor de R\$ 160.000.

150. Situação Hipotética: Ao analisarmos as demonstrações financeiras da empresa Canavieiras S/A, percebemos que a relação entre as fontes de recursos é de 60%.

Assertiva: Considerando a situação apresentada, pode-se concluir que o endividamento geral dessa empresa será superior a 35%.

GOVERNANÇA NO SETOR PÚBLICO

Stefan Fntini

Com base na Governança no Setor Público, julgue os itens a seguir.

151. A accountability na administração pública envolve não apenas o dever de transparência e prestação de contas pelos agentes públicos, mas também a responsabilização por seus atos durante a gestão.

152. A accountability horizontal caracteriza-se pelo controle recíproco entre órgãos ou poderes autônomos, como no caso da atuação dos Tribunais de Contas, do Ministério Público e das Controladorias.

153. A governança surgiu como resposta ao conflito de agência, buscando mitigar os riscos decorrentes da separação entre propriedade e gestão nas organizações.

154. Entre os princípios da boa governança, segundo o Banco Mundial, destacam-se a equidade, a responsabilidade, a legitimidade, a probidade e o sigilo.

155. A gestão pública tem função direcionadora, enquanto a governança pública tem função realizadora.

AUDITORIA GOVERNAMENTAL, COMPLIANCE, GESTÃO DE RISCO E GOVERNANÇA

Tonyvan Carvalho

156. A auditoria operacional visa apenas à análise de conformidade com os princípios de economicidade, eficiência e efetividade, não sendo cabível avaliar aspectos relacionados à legalidade ou legitimidade das ações governamentais.

157. De acordo com as Normas de Auditoria do TCU (NAT), auditorias de regularidade abrangem os aspectos contábil, financeiro, orçamentário e patrimonial, podendo também incluir a verificação da conformidade com leis e regulamentos.

158. A economicidade, quando considerada como uma das dimensões da auditoria operacional, refere-se à relação entre os produtos gerados e os

insumos utilizados, sendo equivalente ao conceito de eficiência.

159. A auditoria operacional tem como escopo exclusivo a análise da eficiência dos processos administrativos, sendo vedado ao auditor emitir recomendações de aperfeiçoamento da gestão.

160. O levantamento é o instrumento de fiscalização utilizado para examinar a legalidade e a legitimidade dos atos de gestão ao longo de um período predeterminado, avaliando o desempenho institucional com base em critérios de eficiência.

161. Entre os cinco instrumentos de fiscalização previstos pelo TCU — auditoria, inspeção, levantamento, acompanhamento e monitoramento — apenas os três primeiros não precisam constar do Plano de Fiscalização.

162. O levantamento, ao ser utilizado para identificar objetos e avaliar a viabilidade de fiscalizações, também pode fornecer subsídios técnicos para a definição do escopo de auditorias, mesmo quando executado fora do Plano de Fiscalização.

163. O planejamento da auditoria deve ser encerrado antes do início da execução dos trabalhos de campo, pois trata-se de uma fase estanque e não sujeita a alterações durante a auditoria.

164. Entre as atividades preliminares ao planejamento da auditoria, incluem-se a avaliação da conformidade com os requisitos éticos, o entendimento dos termos do trabalho e os procedimentos de controle de qualidade.

165. A documentação de auditoria deve ser elaborada de forma a permitir que qualquer usuário externo compreenda a natureza, a época e a extensão dos procedimentos realizados.

- 166.** A matriz de planejamento é um instrumento utilizado apenas na fase de execução da auditoria e serve para registrar os achados identificados no decorrer dos trabalhos.
- 167.** A matriz de planejamento pode ser atualizada durante a auditoria, e deve conter, entre outros elementos, as questões de auditoria, critérios, fontes de informação e procedimentos de coleta de dados.
- 168.** Durante a execução dos trabalhos de auditoria, o auditor identificou inconsistência entre as evidências obtidas por meio de entrevista com o responsável pelo setor financeiro da entidade e os documentos fiscais arquivados no sistema de informação da organização.
- À luz das normas de auditoria governamental e da NBC TA 500 (R1), o auditor deve considerar essa inconsistência como indicativo de falha de controle interno e, portanto, concluir de imediato pela impropriedade da evidência verbal, dispensando a obtenção de outras evidências adicionais.
- 169.** Quando o auditor opta por utilizar o procedimento de circularização com confirmação negativa, não há necessidade de considerar a eficácia dos controles internos nem o risco de distorção relevante previamente avaliado, já que esse tipo de solicitação sempre é suficiente para fundamentar a opinião do auditor sobre os saldos da entidade auditada.
- 170.** Na execução de auditoria, os testes de observância têm por finalidade avaliar a suficiência, a exatidão e a validade dos dados produzidos pelos sistemas de informação da entidade, enquanto os testes substantivos buscam verificar o cumprimento efetivo dos controles internos estabelecidos pela administração.
- 171.** De acordo com a NBC TA 500 (R1), a evidência de auditoria obtida diretamente pelo auditor é, em regra, mais confiável do que a evidência gerada internamente pela entidade auditada, especialmente quando esta última estiver relacionada a registros contábeis rotineiros, mesmo que formalmente documentados.
- 172.** Durante a auditoria de uma entidade pública, um dos auditores acompanhou a contagem física dos estoques realizada pelos servidores do setor de patrimônio, enquanto outro auditor, no mesmo momento, examinava pessoalmente os bens estocados para confirmar sua existência. De acordo com a NBC TA 500 (R1), ambos os auditores realizaram o mesmo procedimento de auditoria: inspeção.
- 173.** Ao aplicar procedimentos de revisão analítica, o auditor detectou uma variação atípica nas despesas com combustíveis no mês de abril, em comparação com os meses anteriores e com o volume médio da frota registrada. Nessa situação, de acordo com a NBC TA 520, o auditor deve obrigatoriamente solicitar esclarecimentos à administração e, caso julgue necessário, realizar outros procedimentos adicionais.
- 174.** Em auditoria das demonstrações contábeis, a confirmação externa enviada para um fornecedor, na qual se solicita resposta apenas em caso de discordância com o valor registrado pela entidade auditada, constitui exemplo de solicitação de confirmação positiva em branco.
- 175.** Conforme a NBC TA 500 (R1), quanto menor for o risco avaliado de distorção relevante, maior deve ser a quantidade e a confiabilidade das evidências obtidas.

- 176.** De acordo com as normas brasileiras de auditoria, o risco de distorção relevante é considerado um risco da entidade e independe da atuação do auditor, enquanto o risco de detecção é o único risco que pode ser controlado pelo auditor durante os trabalhos de auditoria.
- 177.** O risco de controle é aquele que representa a possibilidade de que os controles internos da entidade sejam insuficientes para prevenir ou detectar tempestivamente distorções relevantes nas demonstrações contábeis. Esse risco existe apenas quando os controles estão ausentes ou mal desenhados.
- 178.** Ao utilizar a amostragem estatística em testes de detalhes, o auditor pode projetar os resultados obtidos na amostra para toda a população, diferentemente da amostragem não estatística, cujos resultados, embora úteis, não permitem inferência formal sobre o todo.
- 179.** O aumento da taxa tolerável de desvio definida pelo auditor nos testes de controle influencia positivamente o tamanho da amostra, exigindo que ela seja aumentada proporcionalmente para garantir maior segurança na conclusão do trabalho.
- 180.** O ambiente de controle, enquanto componente do sistema de controle interno, compreende fatores como a integridade, os valores éticos, a estrutura organizacional e a atribuição de autoridade e responsabilidade dentro da entidade, devendo ser avaliado pelo auditor por meio da análise de aspectos como a cultura organizacional, a segregação de funções e a atuação dos responsáveis pela governança.
-

Discursiva (Conhecimentos Gerais)

Durante a apreciação das contas de determinado município do estado X, o TCE desse estado (TCE/X) constatou ilegalidade em determinado contrato de prestação continuada, razão pela qual assinalou prazo para que a entidade adotasse as providências necessárias ao exato cumprimento da lei. Decorrido o prazo estabelecido pelo tribunal, a prática ilegal persistia.

Com base na situação hipotética acima, redija um texto dissertativo respondendo, necessariamente, de forma objetiva e justificada, aos seguintes questionamentos.

- a) O TCE/X poderá sustar diretamente a execução do contrato eivado de vício?
- b) O TCE/X poderá aplicar sanções diretamente aos agentes públicos envolvidos?

Folha de Resposta

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	

Discursiva (Conhecimentos Específicos)

A contabilidade utiliza diferentes regimes para registrar e reconhecer as transações e eventos econômicos de uma entidade. Os dois principais regimes são o Regime de Competência e o Regime de Caixa. Com base nos conceitos e características desses regimes, responda às seguintes questões:

- 1) Explique detalhadamente o que é o Regime de Competência, destacando como as receitas e despesas são reconhecidas nesse regime.
- 2) Defina o Regime de Caixa e descreva como as receitas e despesas são registradas nesse regime.
- 3) Compare e contraste os dois regimes, apontando pelo menos três diferenças fundamentais entre eles.

Folha de Resposta

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	

O QUE VOCÊ ACHOU DESTE SIMULADO?

Conte-nos como foi sua experiência ao fazer este simulado.

Sua opinião é muito importante para nós!

<https://forms.gle/3RC8pkHLNAnpSnxQ9>

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<http://estrategi.ac/assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!

<http://estrategi.ac/ok1zt0>
